



Marcia Mariz

MUDANÇAS Plenário discute dez propostas de emendas constitucionais, entre elas a que torna o orçamento impositivo e a que obriga o presidente a comparecer à abertura da sessão legislativa

Senadores retomam votações e aprovam nove propostas

Gerardo Algeia



HISTÓRIA Jobim, Sarney, Brossard e muitos convidados participam do lançamento do livro de Valls (C) no Salão Nobre

BNDES e fundos de pensão podem ter limite nas parcerias

Em três horas de debate na CAE sobre projeto que institui normas de contratação das parcerias público-privadas, o governo emitiu sinais de que pode aceitar mudanças.

Página 5

Biografia de Brossard é lançada no Senado

Um testemunho a respeito das últimas seis décadas da história brasileira, feito por quem a vivenciou quase sempre na oposição. Assim pode ser definido *Brossard: 80 anos na história política do Brasil*, livro sobre o gaúcho Paulo Brossard, ministro aposentado

do Supremo Tribunal Federal, ex-senador, ex-consultor-geral da República e ex-ministro da Justiça. De autoria de Luiz Fernando Valls, o livro foi lançado na presença de autoridades do Judiciário e do Legislativo, além de amigos e colaboradores de Brossard.

Página 8

Isenção de taxa para idosos e alerta sobre doenças em embalagem de roupas íntimas são alguns dos temas aprovados

Nove projetos de lei foram aprovados ontem pelo Senado, que retomou as sessões deliberativas. Dez propostas de emendas constitucionais que estavam na pauta cumpriram prazo de discussão. Além disso, os senadores acolheram quatro indicações de autoridades feitas

pelo presidente da República, entre elas a do economista Rodrigo Telles da Rocha Azevedo para a diretoria do Banco Central. Foram aceitos, ainda, quatro requerimentos – um deles solicitando ao Ministério da Fazenda informações sobre bancos que teriam sonegado CPMF.

Páginas 3 e 4



Célio Azevedo

INSTALAÇÃO Osmar cumprimenta Juvêncio na reunião em que Costa (C) é eleito presidente da subcomissão que pretende ser um fórum de debates

Subcomissão vai discutir a ciência e a tecnologia

Página 7



SEGURANÇA Tourinho vai propor audiência pública para esclarecer acusações de reportagem

Tourinho quer apurar erros em conta telefônica

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) informou ontem que vai apresentar requerimento na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) solicitando a apuração de denúncias feitas em reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, dia 10 deste mês, sob o título "Auditores apontam erro em conta telefônica", da jornalista Elvira Lobato. De acordo com a matéria, disse o parlamentar, empresas de auditoria especializadas constataram que existe alta incidência de erros nas contas, sendo que até 12% do valor cobrado poderia ser indevido. Tourinho considerou o índice inaceitável.

A audiência pública que a CI poderá realizar, observou, buscará esclarecer o assunto, bem como estabelecer debate sobre mecanismos de segurança na cobrança das contas.

Tourinho lembrou que já havia feito um alerta na CI sobre a insegurança que aflige mais de 50 milhões de usuários em relação ao controle de gastos com telefonia em geral, já que não existe nenhum aparelho de medição para dar confiabilidade ao consumidor.

Plenário discute PECs

Na sessão de hoje, com início previsto para as 14h30, os senadores continuam a discutir as propostas de emenda à Constituição (PECs) que constam da pauta. Entre elas, a do orçamento impositivo, que obriga a

execução da lei orçamentária conforme foi aprovada pelo Parlamento (PEC 22/00). Às 19h, será realizada sessão conjunta do Congresso Nacional para a votação de créditos suplementares.

Tchecos visitam o Congresso Nacional

O Congresso recebe hoje, a partir das 10h, a visita de uma comitiva de cinco senadores da Comissão Constitucional e Legislativa da República Tcheca. O objetivo dos senadores é conhecer o Congresso e debater com os parlamentares brasileiros questões de interesse comum. Eles vão visitar o Plenário do Senado e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Comissão de Justiça analisa empréstimo concedido pelo BNDES

O primeiro item a ser analisado hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 10h, é um requerimento que solicita informações ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio sobre empréstimo contraído pelo Grupo Rede junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a finalidade de comprar a Centrais Elétricas do Pará.



Política de cotas em debate

A política de cotas em universidades é tema da reunião de hoje, às 10h30, da Comissão de Educação (CE), que ouve o ministro da Educação, Tarso Genro. Amanhã, às 10h, o governador de Rondônia, Ivo Cassol, participa da reunião da comissão especial que examina os conflitos que envolvem a demarcação de terras indígenas em alguns estados brasileiros.

Auditorias em órgãos públicos

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) reúne-se hoje, a partir das 11h30, para analisar avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas em órgãos públicos. Analisa também requerimentos solicitando audiências públicas para discutir a prospecção, o transporte e a distribuição de petróleo em todo o território nacional, entre outros temas.



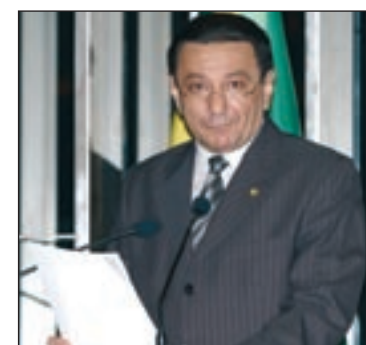
Na CAS, mudança em imposto

Entre os itens a serem analisados pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que se reúne hoje, às 11h, está o projeto que altera a legislação do Imposto de Renda (IR) relativamente à concessão de benefícios fiscais para doações destinadas à assistência social (PLS 383/03), e proposta (PLS 174/00) que trata dos planos e seguros privados de assistência à saúde.

Dia Mundial da Alimentação

O assessor especial da Presidência da República José Graziano é o convidado do *Entrevista*, que a TV Senado exibe hoje, às 12h30. Ele vai falar sobre o Dia Mundial da Alimentação. Às 13h, vai ao ar o programa *Cidadania*, que discute a psoríase com a especialista Deborah Griebler, entre outros convidados.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



INCIDÊNCIA Papaléo afirma que 90% dos casos de câncer uterino têm como origem o HPV

Papaléo alerta para vírus do papiloma humano

Presidente da Subcomissão de Saúde do Senado, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) alertou as autoridades sanitárias sobre o aumento da incidência do Vírus do Papiloma Humano (HPV), doença sexualmente transmissível, que atinge uma em cada cinco mulheres brasileiras que se submetem a um exame ginecológico.

Médico, o parlamentar explicou que, com esse procedimento, o ginecologista percebe a presença de verrugas genitais que podem, em muitos casos, apresentar lesões pré-cancerosas. Ele citou estudos segundo os quais mais de 40% dos adultos sexualmente ativos, no Brasil, principalmente os mais jovens, estão infectados por um ou mais tipos de HPV.

De acordo com o estudo, mais de 90% dos casos de câncer uterino são provenientes de lesões provocadas pelo vírus HPV. O senador ressaltou, no entanto, que o diagnóstico precoce de câncer provocado pela presença do HPV possibilita um tratamento com ampla probabilidade de cura.

Frequência

Papaléo informou que, em 1996, as doenças sexualmente transmissíveis mais frequentes eram as uretrites. Em 1999, o HPV já ocupava o primeiro lugar no grupo. Em 2003, cerca de 600 mil brasileiras com vida sexual ativa foram infectadas.

De acordo com o estudo, cerca de 30% da população feminina sexualmente ativa do mundo tem o vírus. Nos homens, o percentual cai para 7%. No Brasil, observou, o HPV continua liderando o *ranking* dessas enfermidades.

– Basta dizer que cerca de 20 milhões de brasileiros e brasileiras estão infectados pelo HPV. Esse número representa mais de 10% do total de nossa população e deve ser considerado alarmante – advertiu.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

VOTAÇÕES

Isenção de taxas a idosos na obtenção de passaporte e indicação de Rodrigo Telles da Rocha Azevedo para diretor de Política Monetária do Banco Central são algumas das matérias que receberam, ontem, a aprovação dos senadores



DECISÃO Intenso debate marcou o reinício das deliberações do Plenário, após primeiro turno das eleições

Senado aprova nove projetos e discute PECs

O Plenário reiniciou ontem as votações, quando foram aprovados nove projetos de lei e discutidas dez propostas de emendas constitucionais. Um dos projetos isenta idosos de taxas para passaporte e outro obriga esclarecimentos, em embalagens de roupas íntimas, sobre prevenção de câncer. Os senadores acolheram cinco indicações para cargos públicos,

incluindo a de Rodrigo Telles da Rocha Azevedo para diretor de Política Monetária do Banco Central.

Também foram acolhidos quatro requerimentos, um deles de Antero Paes de Barros (PSDB-MT) solicitando informações sobre bancos que teriam sonogado a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

BC tem novo diretor de Política Monetária

O Plenário aprovou ontem quatro indicações feitas pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Confirmando a decisão da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Rodrigo Telles da Rocha Azevedo, com 37 votos favoráveis e 6 contrários, foi aprovado como diretor de Política Monetária do Banco Central. Rodrigo Telles substitui Luiz Augusto Candiota, que havia pedido demissão após denúncias de sonegação fiscal publicadas pela imprensa.

Ricardo de Moraes Cordeiro Neto foi aprovado como membro da Agência Nacional de Águas (ANA) para o lugar de Dilma Pena Pereira, por 39 votos favoráveis e 4 contrários; o nome de Sérgio Eduardo Vieira foi acolhido para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para a vaga de Luís Antônio Sampaio Campos por 34 votos a favor e 12 contra; e Ney Prado Diegues foi autorizado a acumular a



INDICAÇÃO Nome do economista Rodrigo Telles foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado

Embaixada do Brasil em São Vicente Granadinas com a da República da Guiana, por 33 votos favoráveis e 9 contrários.

Autonomia do BC

Durante a sabatina, Rodrigo Telles, ao ser indagado pelo líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), se mostrou favorável à autonomia do Banco Central,

mas admitiu a necessidade de maior debate sobre o assunto. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), relator da mensagem presidencial de indicação do economista, chegou a anunciar, durante a reunião, que vai apresentar até o fim do ano projeto que dá autonomia ao BC. O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) informou que apresentou projeto (PLS 317/03) que também concede independência à instituição.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) voltou a criticar os altos juros pagos pelos consumidores brasileiros. Já Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pregou a flexibilização das reuniões do Copom. Para o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), as reuniões do Copom deveriam ser gravadas pela Radiobrás e transmitidas 24 horas depois para toda a sociedade. O senador Delcídio Amaral (PT-MS) elogiou a escolha do economista.

Proposta adapta vinho às normas do Mercosul

De iniciativa da Câmara dos Deputados, foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado projeto que altera a Lei 7.678/88, que trata da produção, circulação e comercialização do vinho e seus derivados, como conhaques e outros, para adaptá-la a acordo no âmbito do Mercosul. A convenção trata da internacionalização do regulamento técnico do segmento de bebidas para o mercado comum.

A medida (PLC 89/00) estabelece que os produtos nacionais deverão ser acompanhados pela respectiva guia de livre trânsito, expedida pelo órgão fiscalizador ou entidade pú-

blica e privada delegada pelo poder estatal.

O projeto abrange a classificação detalhada dos vinhos – como os de mesa, leve, fino, espumante, gaseificado, entre outros –, além de especificar, para cada classe, os respectivos teores de açúcar e álcool.



Juscelino e Tancredo dão nomes a rodovias

Dois projetos de lei aprovados ontem pelos senadores dão o nome do ex-presidente Juscelino Kubitschek a rodovias do país.

Uma das propostas denomina Presidente JK a rodovia BR-020, que vai de Brasília a Fortaleza. O relator da matéria, senador Aelton Freitas (PL-MG), afirma, em seu parecer favorável na Comissão de Educação (CE), que o próprio ex-presidente considerava a BR-020 a “Estrada da Integração Social”. A matéria vai à sanção presidencial.

O outro projeto (PLC 64/03) designa Presidente Juscelino

Kubitschek a BR-040, que liga Brasília ao Rio de Janeiro, no trecho até Petrópolis, conforme emenda aprovada na CE e ratificada pelo Plenário. O texto, que recebeu parecer favorável do relator, senador Paulo Octávio (PFL-DF), volta à Câmara porque foi alterado pelos senadores.

Também foi aprovado o projeto (PLC 18/04) que dá o nome de Presidente Tancredo de Almeida Neves à ponte localizada na rodovia BR-497, sobre o Rio Paranaíba, ligando os estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. A matéria segue para sanção do presidente.

Avançam discussões de emendas à Constituição

Os senadores deram andamento à discussão de dez propostas de emenda à Constituição (PECs), que voltam a constar da ordem do dia das próximas sessões deliberativas. A primeira análise recaiu sobre a PEC 64/99, encabeçada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que determina o comparecimento do presidente da República ao Congresso Nacional na abertura de cada sessão legislativa.

Suplicy informou que só o

ex-presidente José Sarney, atual presidente do Senado, e o presidente Lula cumpriram esse ritual. O senador lembrou que Sarney, no último ano do mandato, fez a leitura da mensagem presidencial e o presidente Lula prestigiou a sessão de 2003, ano de sua posse, mas delegou a missão ao ministro-chefe da Casa Civil, em 2004.

Ainda na reunião de ontem, transcorreu a discussão da PEC 22/00, que institui o orçamento impositivo e tramita em con-

junto com as propostas 77/99, 28/00 e 24/03, relativas também a questões orçamentárias.

O Plenário deu continuidade ainda à discussão das PECs 29/02 (sobre a vigência do Fundef), 1/03 (que prioriza o pagamento de dívidas do governo com idosos), 81/03 (que fixa princípios da atividade regulatória), 15/04 (que exclui dos bens da União as ilhas costeiras que sejam sede de município) e 57/03 (que institui o Plano Nacional de Cultura).

VOTAÇÕES

Retomando o exame de projetos, Senado aprovou ontem diversas matérias, com destaque para a que obriga a utilizar o dinheiro decorrente do uso da água e de multas na bacia hidrográfica em que teve origem

Pedidos de informações a Palocci

O Senado aprovou ontem dois requerimentos do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) dirigidos ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, solicitando informações sobre a suspeita de que o Banco do Brasil estaria permitindo que grandes clientes usem cheques de terceiros para o pagamento de compromissos. Com isso, esses clientes ficariam livres do pagamento da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira).

Um dos requerimentos pede informações sobre quais bancos teriam sido multados, e em que valor, pela Receita Federal por permitirem o uso de cheques administrativos endossáveis emitidos em nome de clientes e que teriam sido usados em pagamentos sem cobrança de CPMF.

Empréstimo ao PT

O Senado acolheu também requerimento de informações do senador Almeida Lima (PDT-SE) ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre um empréstimo do Banco do Brasil ao Partido dos Trabalhadores, no valor de R\$ 21 milhões, para compra de computadores e acessórios para uso do partido e seus membros.

Foi ainda aprovado requerimento da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) de voto de aplauso à nova diretoria da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), composta por Maurício Azêdo (presidente), Milton Temer, Aristélio de Andrade, Domingos Meireles, João Máximo, Fichel Chargel, Joseti Marques, Carlos Alberto de Oliveira, Berta Nutels, Cícero Sandroni, José Gomes Talarico, Jesus Antunes e Chico Caruso.

Retenção de recursos nas bacias hidrográficas

O Plenário aprovou ontem o projeto de lei do Senado (PLS 240/02) que obriga a utilização, na bacia hidrográfica em que foram gerados, dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos e com a aplicação de multas. A proposição, sugerida pela comissão especial formada para acompanhar o projeto de conservação e revitalização da bacia hidrográfica do Rio São Francisco, segue agora para o exame dos deputados.

A matéria não foi discutida em Plenário, onde chegou com parecer favorável da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), relatada pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). No parecer, o relator afirma que a implementação da cobrança pelo uso da água enfrenta críticas pela incerteza na distribuição dos recursos.



RELATÓRIO Mestrinho defende aplicação na área em que os recursos foram gerados

Mestrinho informa que o texto legal vigente determina que os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água serão aplicados prioritariamente, mas não obrigatoriamente, na bacia hidrográfica em que foram gerados.

O texto aprovado pela CI

ressalta que “as bacias densamente povoadas e, por conseguinte, com grande potencial arrecadador, enfrentam, em regra, problemas ambientais qualitativa e quantitativamente mais sérios”. O relator sugeriu que as bacias hidrográficas em que o volume do rio e o potencial econômico da região inviabilizem a cobrança pelo uso da água possam ter intervenções ambientais financiadas por outras fontes de recursos.

Mestrinho destaca os objetivos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos: reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor; incentivar a racionalização do uso da água; e obter recursos para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de gerenciamento dos recursos hídricos.

Etiqueta de roupa pode ter orientações sobre saúde

Foi aprovado ontem pelo Plenário o substitutivo da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que obriga a afixação nas embalagens de roupa íntima, femininas e masculinas, de etiqueta com advertência sobre a importância da prevenção do câncer de colo de útero e do diagnóstico precoce dos cânceres de colo de útero, de mama e de próstata. Lúcia Vânia foi a relatora da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O relator na Comissão de Educação (CE), senador Papaléo Paes (PMDB-AP), emitiu parecer pela rejeição da maté-

ria (PLC 88/2000). Ele afirmou que “a proposta é eivada de inconstitucionalidade gritante. O Estado não pode, desrespeitando sua própria Constituição, obrigar o particular a cumprir obrigação que lhe é própria”.

Lúcia Vânia, no entanto, ressalta em seu parecer que, em estágios iniciais, esses tipos de câncer são tratáveis e até curáveis, diminuindo a sua letalidade. E observa que, ainda que não se disponham de evidências sobre os efeitos da medida propalada, ela será positiva no sentido de alertar as pessoas para a necessidade



PREVENÇÃO Lúcia Vânia destaca importância de exames para detecção precoce de cânceres

de realizarem regularmente exames para detecção precoce daqueles cânceres. A senadora acrescenta que a implementação da medida não representará aumentos significativos nos custos de produção e no preço final dos produtos.

Manual orienta emendas ao Orçamento

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o ministro das Cidades, Olívio Dutra, que apresentou um manual de apoio aos parlamentares na apresentação de emendas ao Orçamento de 2005 relativas aos programas do ministério, com previsão de recursos da ordem de R\$ 2 bilhões. O documento será distribuído a todos os deputados e senadores e às bancadas, comissões e lideran-

ças partidárias.

– Estamos cumprindo um dever nosso de apoiar o legislador, e também as determinações da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), além de mostrar nosso respeito ao trabalho do Congresso. O manual é um instrumento técnico-operativo visando assessorar os parlamentares a direcionar bem suas emendas no sentido das ações mais estratégicas do ministério

– afirmou o ministro.

Segundo Dutra, Sarney recebeu “muito bem” a iniciativa. “Estamos sendo pioneiros, com um trabalho responsável, prático e operativo, que vai certamente ser um bom instrumento para os parlamentares na orientação de suas emendas”, disse. O ministro esclareceu que o manual objetiva “reduzir ao mínimo a dispersão e fragmentação das emendas”.



ASSESSORIA O ministro das Cidades, Olívio Dutra, entrega a Sarney documento que será distribuído a todos os deputados e senadores



POTENCIAL Ney Suassuna lembra que mercado pode absorver 7 milhões de moradias

Suassuna cobra medidas para evitar crise na construção civil

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou ontem que a construção civil no Brasil enfrenta grave crise, apesar de existir um mercado para absorver 7 milhões de moradias. Nos últimos anos, os programas habitacionais dos governos tiveram “resultados pífios”, conforme o senador, que vê o presidente Lula com “vontade política para enfrentar o problema”.

– Mas é preciso retirar a vontade do plano puramente subjetivo e retórico – observou. O senador pediu ao governo que garanta a aplicação dos R\$ 7,4 bilhões que o conselho curador do FGTS reservou para financiar a construção civil neste ano. “Este é o maior orçamento de toda a história do FGTS.”

Restrição

Suassuna protestou contra a decisão da Caixa Econômica Federal na Paraíba de limitar a 80% do valor do imóvel o financiamento de casa própria. Segundo ele, a Caixa costuma avaliar por baixo o valor dos imóveis a financiar, o que torna impossível a uma família comprar moradia se não tiver em mãos pelo menos 35% do seu valor.

– Na Paraíba, a crise da construção civil, especialmente das pequenas e médias empresas, é assustadora. A situação pode piorar com uma decisão como essa da Caixa – acrescentou.

Suassuna informou que o setor tem hoje um peso de apenas 8% no produto interno bruto (PIB), depois de ter representado mais de 20% em décadas passadas. Ele considerou equivocada a linha política adotada pelo governo no ano passado, que destinou os financiamentos do FGTS à compra de imóveis prontos e a materiais de construção.

Fundos de pensão e BNDES devem limitar investimentos nas PPPs

■ Em debate na CAE, governo dá sinais de que poderá aceitar sugestões da oposição

Em três horas de debates sobre o projeto de lei que institui as normas para licitação e contratação das parcerias público-privadas (PPPs), durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o governo deu sinais claros de que poderá aceitar algumas das principais modificações sugeridas pelos opositoristas. E que tentará acordo para realizar uma única audiência pública na próxima semana e votar nova versão do substitutivo do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) depois do segundo turno das eleições municipais.

A fixação de um limite para

a participação dos fundos de pensão estatais e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), reiteradamente defendida pela oposição e alguns senadores da base aliada, obteve apoio do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), e do líder do governo no Congresso, Fernando Bezerra (PTB-RN). A emenda do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) exige 50% de capital privado nas PPPs. Bezerra chegou a propor 80%. Outro ponto polêmico, que avançou na audiência pública com o chefe da assessoria econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Demian Fiocca, e com o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Paulo Safady Simão, foi o estabelecimento de critérios para a pré-qualificação dos empreendimentos que

poderão ser contratados pela modalidade das PPPs. Jereissati insistiu que é preciso respeitar os limites que já existem na Lei de Licitações (Lei 8.666).

O senador considerou “boa” a emenda de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) pela qual o presidente da República deve submeter ao Senado, no prazo de 90 dias a contar da publicação da lei, os limites globais dos gastos dos estados, municípios e Distrito Federal com a sua participação nas PPPs. Fiocca afirmou que esse limite de comprometimento da receita líquida seria de 1%. Jereissati sugeriu que sejam feitas projeções desse gasto ao longo do tempo antes de fixar esse percentual.

Blindagem

Tourinho avaliou que essas propostas funcionarão como blindagens ao projeto das PPPs. Ele apoiou a ideia apresentada por Fiocca de que o BNDES as-

segure o financiamento somente depois de feita a licitação. O senador anunciou nova proposta para avaliar as vantagens socioeconômicas para que o empreendimento seja contratado pela modalidade de PPP, sugerindo que isso seja feito pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) ou por uma consultoria externa do mesmo nível.

O governo poderá aceitar a ampliação do órgão gestor, responsável pela autorização prévia das PPPs e composto pelos ministros da Fazenda, do Planejamento e da Casa Civil, incluindo o titular do ministério setorial relativo ao empreendimento. Fiocca disse que as parcerias passarão pelo crivo do Congresso porque os projetos e os recursos públicos estarão expressos no Plano Plurianual (PPA) de investimentos federais e no Orçamento da União.



AUDIÊNCIA Senador Ramez Tebet (à direita, entre Demian Fiocca e Paulo Safady Simão) preside a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos

Pequenas empresas da construção temem prejuízos

O pagamento preferencial aos fornecedores que possuem contratos de parcerias público-privadas (PPPs) com o governo federal prejudicará as pequenas e as microempresas, que não conseguem ter acesso a obras com valores acima de R\$ 20 milhões, segundo o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Paulo Safady Simão.

Em resposta ao senador Paulo Octávio (PFL-DF), Simão informou que 90% das empresas do setor de construção são pequenas e micros, e 50% delas

dedicam-se a obras públicas.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), posicionou-se contra esse dispositivo, mesmo depois que o chefe da assessoria econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Demian Fiocca, explicou que nas PPPs os parceiros privados antecipam os investimentos com recursos próprios, o que difere do fornecedor, que recebe em regime de caixa assim que termina a obra.

Orçamento

Durante a audiência para ouvir Simão e Fiocca, a opo-

sição preferiu centralizar suas críticas contra a execução orçamentária deste ano. O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) rebateu o argumento do governo de que a paralisação nos investimentos de infraestrutura deve-se ao atraso na aprovação das PPPs. Ele exibiu um levantamento mostrando que foram pagos apenas 6,6% dos R\$ 2,52 bilhões autorizados este ano para o Ministério dos Transportes. Essa lentidão também foi criticada por Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Sérgio Guerra (PSDB-PE).

A líder do PT, senadora Ideli

Salvatti (SC), apontou vários fatores que explicam a dificuldade na liberação de recursos para investimento. Além do calendário eleitoral, que impede o repasse para obras novas três meses antes das eleições, as empreiteiras, continuou, exigiram a liquidação das pendências de orçamentos anteriores.

Aloizio Mercadante, por sua vez, enfatizou que não há paralisação nos investimentos públicos, mas reconheceu a incapacidade do governo de investir maciçamente em infraestrutura.



RESPOSTA Mozarildo Cavalcanti afirma que reportagem é um "conjunto absurdo de mentiras"

Mozarildo contesta NYT sobre reservas indígenas

Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) qualificou como "um conjunto absurdo de mentiras" reportagem do jornal *The New York Times* do último dia 15 sobre a reserva Raposa/Serra do Sol. Segundo informou, a matéria foi divulgada em português, na Internet, pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

De autoria do correspondente Larry Rohter – o mesmo que causou polêmica ao afirmar, em outra reportagem, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estaria bebendo demais –, a matéria assinala que pecuaristas e plantadores de arroz estão convencendo juizes a ordenar que os índios saiam da reserva em Roraima.

Lamentando o "respaldo" dado pelo Cimi à reportagem, Mozarildo enfatizou que todo o processo de demarcação da reserva está *sub judice* no Supremo Tribunal Federal, após a Justiça de Roraima ter constatado nele diversas fraudes, até mesmo de assinaturas.

Mozarildo disse que em boa hora o Senado constituiu uma comissão externa para tratar da questão das reservas, que envolve a segurança e a soberania nacional e também a defesa do patrimônio brasileiro.

Protecionismo dos EUA pode se agravar, diz Paim

■ Senador adverte que o Brasil precisa fortalecer mercado interno para poder enfrentar eventual problema

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem, em Plenário, o fortalecimento do mercado interno, de modo a preparar o Brasil para enfrentar possível agravamento do protecionismo dos Estados Unidos, seu principal parceiro comercial. Paim afirmou que isso deve ocorrer já no próximo mandato presidencial americano, independentemente de quem vencer as eleições.

Ele lembrou que nos últimos anos grandes empresas deixa-



EXPECTATIVA Paulo Paim prevê mais barreiras a produtos brasileiros já no próximo governo americano

ram os EUA em busca de mão-de-obra mais barata, prejudicando áreas como educação, saúde, emprego e formação profissional, além de provocar achatamento da renda.

O Brasil, segundo Paim, precisa estar preparado para os efeitos do protecionismo norte-americano contra as exportações brasileiras, não só ampliando as fronteiras comerciais como também cuidando de seu mercado interno.

– E fortalecimento do mercado interno passa por emprego e distribuição de renda, e distribuição de renda passa pela elevação do salário mínimo, o que, já está comprovado, é a melhor forma de reativar a nossa economia.

Paim recordou que comissão de alto nível já estuda um projeto de salário mínimo para o próximo ano e manifestou a esperança de que a proposta não o desvincule das aposentadorias e pensões.



IMPORTÂNCIA Iniciativa é o maior programa de transferência de renda do planeta, informa Ideli Salvatti

Ideli propõe aprimorar o Bolsa-Família com fiscalização

Ao rebater as denúncias feitas pela imprensa em relação ao programa de transferência de renda para famílias carentes denominado Bolsa-Família, a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), reconheceu que o projeto tem falhas, mas conclamou a sociedade e suas entidades representativas a participarem do seu aprimoramento, sanando suas deficiências.

– Trata-se do maior programa de transferência de renda existente no planeta, com 5 milhões de famílias sendo beneficiadas com recursos que, em 2004, já chegam a R\$ 5 bilhões. Seria impossível não haver falhas, como beneficiados em dose dupla ou pessoas indevidas sendo incluídas. A ótica das críticas deve ser o aprimoramento, não a detonação do programa – declarou.

Ideli disse que cabe ao governo federal repassar os recursos diretamente às famílias atendidas, e que a fiscalização dos cadastros, no entanto, está a cargo dos municípios.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) enfatizou que o Bolsa-Família é um estágio para o Programa de Renda Básica da Cidadania. Já Flávio Arns (PT-PR) pediu o esforço de todos para identificar falhas.

Crivella defende política de pleno emprego no Brasil

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) propôs ontem, em discurso, a criação de frente parlamentar com a incumbência de elaborar uma política pública de pleno emprego para o país. Ele explicou que o grupo poderia redigir um anteprojeto de Lei de Pleno Emprego, inspirado em iniciativa semelhante que foi adotada pelo Congresso dos Estados Unidos, em 1946, e depois reforçada por outra legislação de teor similar, no ano de 1978.

– Com isso, deixaremos claro que não pretendemos estabelecer uma plataforma de discussões abstratas – assinalou o senador.

Para Marcelo Crivella, a política econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva criou uma crise sem precedentes que gerou alto nível de desemprego e

colocou em risco a estabilidade social e política do país.

Como solução para o problema, o senador fluminense sugeriu que o governo federal implemente o que outros países fizeram para reverter situações ainda mais dramáticas: aceitar o desafio de enfrentar privilégios e colocar o bem comum acima dos interesses de grupos e de classes.

– O que impede o atual governo de tomar esse caminho de prosperidade que recomendamos é a pressão da alta finança, traduzida nos fetiches ideológicos do neoliberalismo, sobretudo os relacionados com a dívida pública. Se iniciarmos a retomada com um ligeiro aumento da dívida pública e da relação dívida/produto interno bruto (PIB), logo teremos, por força do próprio aumento do



AValiação Marcelo Crivella diz que política econômica coloca em risco a estabilidade social

produto, um aumento também da arrecadação tributária, sem aumento de carga, que reduzirá a própria necessidade de fazer mais dívida – assegurou.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) lembrou passagem bíblica e disse que não se pode servir a dois senhores. "Esse governo do PT está servindo ao dinheiro, aos bancos e ao FMI. O PT desvalorizou o trabalho e o trabalhador", acrescentou.

Pavan: "Povo não agüenta mais pagar juros absurdos"

A política econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva "prejudica diretamente o contribuinte e as camadas mais necessitadas", afirmou o senador Leonel Pavan (PSDB-SC), para quem a população não agüenta mais pagar "juros absurdos" e arcar com aumentos constantes, como o dos combustíveis.

– Mesmo sabendo que essas

decisões só têm agravado o quadro da miséria e da pobreza que atinge a maioria do povo brasileiro, o governo do presidente Lula, ao que nos parece, não demonstra qualquer disposição para mudar os seus atos e assumiu de vez a postura da insensibilidade. Decidiu realmente massacrar a classe média e prejudicar ainda mais os mais pobres – disse.

Pavan alertou para o efeito inflacionário dos reajustes nos preços dos combustíveis e cobrou a aplicação dos recursos arrecadados com a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) na recuperação das rodovias. Ele disse que o Tribunal de Contas da União (TCU), ao se manifestar sobre o assunto, condenou o governo pelo uso do dinheiro

para fazer superávit primário e pagar dívidas.

Em aparte, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ressaltou que a falta de regulamentação das parcerias público-privadas (PPPs) não impede o governo de realizar obras de infraestrutura. E o senador Flávio Arns (PT-PR) salientou que "poderíamos encontrar caminhos, mesmo sem as PPPs".



EFEITO Para Leonel Pavan, aumento dos preços de combustíveis agrava o quadro de miséria no país

Autorizada a criação de duas universidades

Foi aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE) parecer do senador Almeida Lima (PDT-SE) favorável ao projeto (PLS 323/03) de César Borges (PFL-BA) que autoriza a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (Unifoeste). A proposta, que tem caráter terminativo na comissão, deve seguir para o exame da Câmara.

A CE também autorizou a criação da Universidade Federal de Bacabal (UFBC), no Maranhão. Foi aprovado substitutivo de Edison Lobão (PFL-MA), favorável à proposta (PLS 203/03) de João Alberto Souza (PMDB-MA), que volta a exame em turno suplementar.

Foi aprovado ainda substitutivo de Cristovam Buarque (PT-DF) a projeto de Serys Slhessarenko (PT-MT) que determina prazos de quatro a seis meses para que universidades brasileiras analisem pedidos de revalidação de diplomas de nível superior concedidos por universidades estrangeiras.

Adiada votação de projeto sobre TV comunitária

Devido a pedido de informações ao Ministério das Comunicações apresentado pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES), foi adiada ontem, na Comissão de Educação (CE), a votação de projeto de lei que institui o serviço de televisão comunitária. Camata quer saber se a aprovação da matéria não prejudica o processo de escolha do modelo de TV digital no Brasil.

O presidente da CE, senador Osmar Dias (PDT-PR), lembrou que o ministério tem prazo constitucional de 30 dias para apresentar a resposta e só depois a matéria voltará à pauta da comissão. A proposta (PLS 575/99), do então senador Paulo Hartung, causou grande polêmica. Segundo o senador Almeida Lima (PDT-SE), o projeto democratiza o acesso aos meios de comunicação. Já Hélio Costa (PMDB-MG) afirmou que é contrário ao projeto e Ideli Salvatti (PT-SC) observou que a instituição desse tipo de serviço merece todo cuidado. O senador Edison Lobão (PFL-MA) também externou preocupação com o projeto.

Senado cria Subcomissão de Ciência e Tecnologia

■ Instalado ontem pela CE, colegiado será fórum para debates de questões nacionais e internacionais do setor

A Comissão de Educação (CE) instalou ontem a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, atendendo proposta do senador Hélio Costa (PMDB-MG), que foi eleito na mesma reunião presidente do colegiado. Como vice-presidente foi escolhido o senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS).

A data de instalação da subcomissão foi definida, segundo o presidente da CE, senador Osmar Dias (PDT-PR), para coincidir com a comemoração da Semana de Ciência e Tecnologia, criada por decreto do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. A data deverá ser comemorada sempre em outubro. O evento

deste ano teve início na segunda-feira e vai até o dia 24, na Universidade de Brasília.

Em seu primeiro pronunciamento como presidente da subcomissão, Hélio Costa afirmou que o colegiado será o fórum ideal para discussão dos grandes problemas nacionais e internacionais sobre ciência e tecnologia.

– A missão dessa subcomissão é de enorme importância para o desenvolvimento da nação. Muito do que o Brasil fará e será depende do que será debatido aqui. Atividades espaciais, projetos com tecnologia nuclear, normatização de tecnologias da informação, biossegurança e fomento à pesquisa serão discutidos nesse fórum especializado – disse.

Para o senador, assuntos como os relacionados à biossegurança, tema de projeto aprovado pelo Senado no início do mês e objeto de várias reuniões na CE, não se esgotam e estão sendo sempre renovados para

ir ao encontro dos interesses da sociedade.

– Acredito que a subcomissão ajudará o governo a tomar posições, levando à administração federal as posições do Congresso – informou Hélio Costa.

Antes de encerrar a discussão, o presidente da Comissão de Educação destacou exemplos de contribuições à ciência brasileira. Osmar Dias ressaltou o trabalho desenvolvido por pesquisadores que identificaram bactérias, denominadas rizóbios, capazes de fixar nitrogênio em leguminosas como a soja, propiciando economia com a dispensa de utilização de fertilizantes químicos.

O parlamentar também elogiou as atividades realizadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a aprovação, pelo Senado, com significativa participação da CE, da Lei de Biossegurança, que permitirá a realização de pesquisas com organismos geneticamente modificados.



APROFUNDAMENTO Projeto de José Jorge, que regulamenta a questão, só será votado após audiência na CE

Especialistas discutem educação a distância

Requerimento do senador Hélio Costa (PMDB-MG) determinando a realização de audiência pública sobre educação a distância foi acolhido ontem pela Comissão de Educação (CE). O objetivo é discutir projeto do senador José Jorge (PFL-PE) que recebeu substitutivo do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) e regulamenta esse tipo de educação (PLS 462/03).

Costa pretende que compareçam à audiência o secretário de Educação a Distância do Ministério da Educação, Marcos Dantas, além de outros especialistas a serem convidados. O presidente da CE, senador Osmar Dias (PDT-PR), lembrou que o projeto só será votado depois da realização da audiência pública, cuja data ainda não foi definida.

A comissão aprovou 98 projetos que renovam, outorgam ou autorizam o funcionamento de rádios AM, OM, FM e comunitárias, além de emissoras de televisão. Foram autorizados todos os itens que tratam de rádios e TVs que constavam na pauta da comissão e mais dois itens extrapauta. As matérias são terminativas.

A CE acolheu ainda requerimento do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) determinando a realização de audiência pública com o ministro da Saúde, Humberto Costa, para discutir projeto que disciplina a transmissão de propaganda de bebidas alcoólicas nos meios de comunicação (PLC 35/00). O requerimento inclui outros oito convidados para debater o assunto.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) pediu vista de projeto do então senador Eurípedes Camargo, que muda a composição do conselho de alimentação escolar.



PERSPECTIVAS Hélio Costa (D), eleito presidente da subcomissão, é saudado por Osmar Dias, que preside a CE

Hélio Costa prevê debate de temas polêmicos

Eleito presidente da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia do Senado, Hélio Costa afirmou que o colegiado terá a oportunidade de discutir temas polêmicos, como a recém-aprovada Lei de Biossegurança, que tem sido questionada por segmentos da sociedade, principalmente em itens relativos a experiências com células-tronco humanas

para fins terapêuticos.

Costa lastimou, entretanto, que a subcomissão não tenha sido instalada a tempo de realizar discussão para esclarecer a posição brasileira quanto às tecnologias na área de energia nuclear, neste momento em que técnicos da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) estão em Resende (RJ) para inspeções na fábrica de

urânio enriquecido do país.

– Se já tivéssemos a subcomissão poderíamos ter feito uma grande discussão para esclarecer que o Brasil é um país pacífico e sempre esteve de acordo com as normas internacionais de segurança atômica. Mas também esclarecer que o Brasil não pode abrir mão da sua capacidade científica e criativa – afirmou o parlamentar.

Sérgio Cabral: nota do Exército é "estapafúrdia"

■ Senador pede ao presidente Lula e ao ministro da Defesa a punição dos responsáveis

Em nome do PMDB, o senador Sérgio Cabral (RJ) protestou em Plenário contra a nota do Comando do Exército sobre a divulgação de fotos do jornalista Vladimir Herzog preso no DOI-Codi, em São Paulo, antes de aparecer morto, em 1975. Na nota, o Comando do Exército faz elogios ao golpe de 1964, afirmando que ele foi fruto de "clamor popular em resposta ao movimento subversivo que se recusava ao diálogo".

– É uma nota estapafúrdia, infeliz e fora de propósito. Não é possível que a maioria esma-



Roosevelt Pinheiro

DITADURA Cabral pergunta: "Desde quando o governo de 1964 foi legalmente constituído?"

gadora dos oficiais do Exército confirme o que está escrito na nota – disse.

Sérgio Cabral leu o trecho da nota que afirma que "um movimento subversivo (...), atuando a mando de conhecidos centros de irradiação do movimento

comunista internacional, pretendia derrubar, pela força, o governo brasileiro legalmente constituído".

– Desde quando o governo de 1964 foi legalmente constituído? Desde quando o movimento de março de 1964 legitimou algum governo neste país? Legalmente constituído era o jornalista Vladimir Herzog, lutando pela liberdade de imprensa, lutando pela democracia – sustentou o senador.

Sérgio Cabral disse ainda não ser aceitável que o ministro da Defesa e o presidente Lula "vejam isso e não tomem uma atitude de condenação pública e até mesmo de punição aos responsáveis por essa nota absolutamente odiosa, fora de propósito no momento em que o país vive um Estado democrático de direito".



Roosevelt Pinheiro

TRANSPARÊNCIA Suplicy pede que CPI da Questão Fundiária seja convocada para discutir o assunto

Suplicy quer esclarecer vazamento de informações

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ao senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que convoque a CPI Mista da Questão Fundiária, da qual o parlamentar paranaense é presidente, para que possa ser esclarecido suposto vazamento de informação de documento sigiloso envolvendo a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab).

O jornal *Folha de S. Paulo* teve acesso aos documentos classificados como sigilosos e publicou matéria assinada pelo colunista Josias de Souza

no dia 10 de outubro. Segundo o jornal, apenas em verbas públicas e doações do exterior o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) movimentou, nos últimos seis anos, pelo menos R\$ 29,9 milhões. A *Folha* informou que quase um terço deste total – R\$ 8,7 milhões – foi repassado pelo governo federal entre junho do ano passado e julho de 2004.

– Faço um apelo pessoal ao senador Alvaro Dias no sentido de que ele convoque a CPMI – afirmou Suplicy.

No começo da noite, o senador voltou a ocupar a tribuna para comunicar que Alvaro Dias havia lhe procurado para garantir que, após as eleições, marcará a reunião solicitada.

Eleição em São Paulo

Suplicy disse também que São Paulo viverá, no segundo turno da eleição, "uma das mais belas disputas de sua história". Ele ressaltou que se trata de uma escolha entre dois candidatos que têm qualidades. Lembrou ter "raízes comuns" com o ex-senador José Serra, adversário de Marta Suplicy, sua ex-esposa, no pleito.

Suplicy lembrou conhecer Serra desde os tempos de estudante, tendo votado nele para presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1963.



Gerardo Magalhães

HOMENAGEM Brossard, observado pelos convidados, discursa e lembra tempos de seu trabalho como senador

Lançada no Senado biografia de Brossard

Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, ex-senador, ex-consultor-geral da República e ex-ministro da Justiça no governo Sarney, o gaúcho Paulo Brossard compareceu ontem ao lançamento, no Salão Nobre do Senado, do livro do jornalista Luiz Fernando Valls, *Brossard: 80 anos na história política do Brasil*.

Publicado pela Editora Artes e Ofícios, com 580 páginas, o livro contém mais de 50 horas de entrevistas e também pesquisas realizadas por Luiz Fernando Valls, que fez um levantamento sobre os principais momentos ali lembrados – da reconstrução democrática após

o Estado Novo até a restauração democrática.

Ao homenagear Brossard, o presidente do Senado, José Sarney, disse que "esse é um livro definitivo, subsídio valioso para a história do país, porque Brossard faz parte da história do Brasil". Lembrando os tempos em que conviveu com o homenageado no Senado, Sarney ressaltou que, politicamente, estavam em campos opostos, mas isso não embaraçou o crescimento da amizade entre ambos.

– Brossard é santo de altar no meu coração e na minha casa – afirmou Sarney. Emocionado, Brossard destacou que não po-

deria supor que seus 80 anos, que ele celebra no próximo sábado, seriam coroados com esse livro e com uma consagração no Senado, onde passou oito anos difíceis, mas gloriosos.

– Quando era muito difícil dizer certas coisas e cumprir certos deveres, aqui eu disse certas coisas e cumpri certos deveres – acrescentou.

Ao final da solenidade, o presidente do Senado recebeu convidados para um jantar em homenagem a Brossard e sua esposa, dona Lúcia. Estiveram presentes ministros de tribunais superiores e senadores, além de amigos e colaboradores do homenageado.

Osmar Dias critica MP que regula plantio de transgênicos

O senador Osmar Dias (PDT-PR) considerou tardia a edição da medida provisória (MP 223/04) que define novas regras para o plantio e a comercialização de soja geneticamente modificada da safra de 2005, e apontou um equívoco no artigo 7º da proposição. Conforme observou, esse dispositivo só permitiria o plantio de sementes transgênicas já estocadas pelos produtores.

– Essa MP deu legitimidade a quem contrabandeou semente da Argentina – afirmou, lamentando a decisão do governo de impedir que empresas de pesquisa agropecuária, a exemplo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), comercializem as sementes básicas já processadas.

Osmar Dias apelou por mudanças na MP 223 ainda na



Roosevelt Pinheiro

IMPEDIMENTO Osmar Dias lamenta que Embrapa não possa vender sementes processadas

Câmara, no que recebeu o apoio do senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

– Vossa Excelência está coberto de razão. Não entendi a que veio o artigo que proíbe a Embrapa de comercializar 30 mil sacas de sementes – disse Suassuna, reiterando que a proposição "incentiva o contrabando".

Osmar Dias também criticou a decisão do governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), de manter a proibição de transporte de soja transgênica pelo porto de Paranaguá.